

ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO VIEIRA

CNPJ: 92.959.006/0001-09

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (Em milhares de Reais)

Table with columns: Ativo, Nota, 2025, 2024. Rows include Circulante, Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, etc.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FÍNDO

Table with columns: Nota, 2025, 2024. Rows include Receita operacional líquida, Custos de produtos vendidos, Despesas operacionais, etc.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Table with columns: 2025, 2024. Rows include Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimentos, Fluxo de caixa das atividades de financiamento.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FÍNDO

Table with columns: Patrimônio social, Ajustes de avaliação patrimonial, Déficit/Déficit acumulado, Total. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2023, Transferência para o patrimônio social, etc.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FÍNDO

Table with columns: 2025, 2024. Rows include Déficit do exercício, Resultado abrangente geral.

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES APLICADOS

Table with columns: Saldo em 31/12/2024, Recebidos no exercício, Valores aplicados (consumo), Saldo em 31/12/2025. Rows include Convênios de subvenção, Recursos vinculados a projetos, etc.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO 2025 E 2024 - (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Associação Antônio Vieira, sob a denominação (Associação), é uma entidade civil sem fins lucrativos, de natureza educativa, cultural, científica, de promoção da educação básica e cristã, tendo por finalidades a promoção, a difusão e o desenvolvimento da educação básica - infantil, fundamental e média - do ensino superior - cursos de graduação, de pós-graduação, de pesquisa científica, da cultura, da assistência social, bem como a difusão da fé e ética cristãs preconizadas pela Companhia de Jesus (JESUITAS), inscrita no CNPJ sob o nº 92.959.006/0001-09, localizada na Avenida Luiz Manoel Gonzaga, 700, Bairro Três Figueiras, na cidade de Porto Alegre/RS. A AVN encontra-se em pleno gozo do benefício constitucional da imunidade tributária e impostos e contribuições, prevista no art. 150, inc. VI, letra "c", e art. 195, § 7º, da Constituição Federal. A Associação também está vinculada ao Programa Universidade Para Todos - PROUNI, desde sua instituição pela Lei 11.096 de 13 de janeiro de 2005, conforme termos de adesão firmados com o MEC. A certificação como Entidade Beneficente de Assistência Social - EBAS, é reconhecida pelo Ministério da Cidadania e pelo Conselho Nacional de Assistência Social e Entidade Beneficente e de Assistência Social - CEBAS, encontram-se listados a seguir:

Table with columns: Período, Data do protocolo, Situação. Rows include 2015 - 2017, 2018 - 2020, 2021 - 2023, 2024 - 2026.

2. Base de preparação: a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com a ITC 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Associação em 30 de março de 2026. Todas as informações relevantes, incluindo as alterações e as notas explicativas, foram apresentadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado. c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. As demonstrações financeiras foram preparadas em Real e todas as informações relevantes, incluindo as alterações e as notas explicativas, foram apresentadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. d) Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contábeis da Associação e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e pressupostos são avaliados e atualizados periodicamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a pressupostos e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findar-se em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 08 - Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais; principais pressupostos na determinação da taxa média ponderada de perda; • Nota Explicativa nº 12 - Determinação do período de vida útil dos ativos imobilizados; • Nota Explicativa nº 17 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais pressupostos sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Associação requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a mensuração do valor justo de ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Associação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos identificados. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente mensurados ou indiretamente mensurados. • Nível 3: inputs não observáveis, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente mensurados ou indiretamente mensurados. As informações sobre as incertezas relacionadas a pressupostos e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findar-se em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros. 3. Políticas contábeis materiais: A Associação aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, exceto quando indicado em contrário. Além disso, a Associação adotou as seguintes Políticas Contábeis (alteradas ao CPC 26 a partir de 1º de janeiro de 2024). As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as demonstrações sobre políticas contábeis divulgadas nesta nota 3 em determinados casos. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos em caixa, banco corrente e aplicações financeiras com prazo máximo de 90 dias, incluindo e incluídos gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em transações às suas localizações e condições existentes. c) Depósitos judiciais: Existem situações em que a Associação questiona a legitimidade de determinados passivos e ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja caracterização da liquidação do passivo, e são apresentados pelos valores originais no realizável a longo prazo. e) Imobilizado: i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo de certos itens do imobilizado é baseado no método linear com relação ao tempo, no caso de certos itens do CPC2, foi determinada com base em seu valor justo na data de aquisição. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pelo método linear com relação ao tempo de alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outros resultados no resultado. ii) Custos subsequentes: O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporem dentro do componente irão fluir para a Associação e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baseado no custo de substituição. iii) Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo método que for mais curto entre o prazo do arrendamento e a sua vida útil, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Associação irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. A vida útil estimada para os exercícios correntes e comparativos: Edificações e benfeitorias: 25 a 66 anos Máquinas e equipamentos: 10 a 10 anos Móveis e utensílios: 10 a 10 anos Equipamentos de informática: 5 a 10 anos Bibliotecas: 10 a 10 anos Outros equipamentos: 5 a 10 anos

Ativos imobilizados: i) Pesquisa e desenvolvimento: Gastos em atividades de pesquisa, relacionados com a possibilidade de aquisição de tecnologia e desenvolvimento científico tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando a produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros prováveis e se a Associação tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os custos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta e custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ii) Outros ativos intangíveis: Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Associação e que têm vida útil definida, são mensurados pelo custo líquido de aquisição. O custo de aquisição é determinado pelo método de custo líquido, que é o preço pago mais o custo de aquisição, menos o valor de mercado de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos relacionados a gastos de desenvolvimento capitalizados são de 3 anos. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de venda, deduzido da amortização acumulada. iii) Gastos subsequentes: Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com o ativo gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. iv) Amortização: Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo método que for mais curto entre o prazo do arrendamento e a sua vida útil, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Associação irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. A vida útil estimada para os exercícios correntes e comparativos: Edificações e benfeitorias: 25 a 66 anos Máquinas e equipamentos: 10 a 10 anos Móveis e utensílios: 10 a 10 anos Equipamentos de informática: 5 a 10 anos Bibliotecas: 10 a 10 anos Outros equipamentos: 5 a 10 anos

Ativos imobilizados: i) Pesquisa e desenvolvimento: Gastos em atividades de pesquisa, relacionados com a possibilidade de aquisição de tecnologia e desenvolvimento científico tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando a produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros prováveis e se a Associação tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os custos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta e custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ii) Outros ativos intangíveis: Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Associação e que têm vida útil definida, são mensurados pelo custo líquido de aquisição. O custo de aquisição é determinado pelo método de custo líquido, que é o preço pago mais o custo de aquisição, menos o valor de mercado de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos relacionados a gastos de desenvolvimento capitalizados são de 3 anos. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de venda, deduzido da amortização acumulada. iii) Gastos subsequentes: Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com o ativo gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. iv) Amortização: Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo método que for mais curto entre o prazo do arrendamento e a sua vida útil, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Associação irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. A vida útil estimada para os exercícios correntes e comparativos: Edificações e benfeitorias: 25 a 66 anos Máquinas e equipamentos: 10 a 10 anos Móveis e utensílios: 10 a 10 anos Equipamentos de informática: 5 a 10 anos Bibliotecas: 10 a 10 anos Outros equipamentos: 5 a 10 anos

Ativos imobilizados: i) Pesquisa e desenvolvimento: Gastos em atividades de pesquisa, relacionados com a possibilidade de aquisição de tecnologia e desenvolvimento científico tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando a produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros prováveis e se a Associação tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os custos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta e custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ii) Outros ativos intangíveis: Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Associação e que têm vida útil definida, são mensurados pelo custo líquido de aquisição. O custo de aquisição é determinado pelo método de custo líquido, que é o preço pago mais o custo de aquisição, menos o valor de mercado de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos relacionados a gastos de desenvolvimento capitalizados são de 3 anos. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de venda, deduzido da amortização acumulada. iii) Gastos subsequentes: Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com o ativo gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. iv) Amortização: Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo método que for mais curto entre o prazo do arrendamento e a sua vida útil, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Associação irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. A vida útil estimada para os exercícios correntes e comparativos: Edificações e benfeitorias: 25 a 66 anos Máquinas e equipamentos: 10 a 10 anos Móveis e utensílios: 10 a 10 anos Equipamentos de informática: 5 a 10 anos Bibliotecas: 10 a 10 anos Outros equipamentos: 5 a 10 anos

Table with columns: Circulante, Ativo, 2025, 2024. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Recursos de subvenção e convênios - com restrição, etc.

Table with columns: Não circulante, Ativo, 2025, 2024. Rows include Aplicações financeiras, Mensalidades e convênios a receber, Depósitos judiciais, etc.

Table with columns: Imobilizado líquido, Ativo, 2025, 2024. Rows include Custo, Depreciação acumulada, Investimentos, etc.

Table with columns: Passivo, Circulante, Ativo, 2025, 2024. Rows include Financiamentos e empréstimos, Salários a pagar, Fornecedores e contas a pagar, etc.

Table with columns: Patrimônio líquido, Ativo, 2025, 2024. Rows include Patrimônio social, Ajustes de avaliação patrimonial, Superávit (déficit) acumulado, etc.

Table with columns: Demonstrações de resultados por área de atuação, 2025, 2024. Rows include Receita operacional bruta, Receita líquida de educação, Receita bruta de mensalidades, etc.

de uso tiver sido reduzido a zero. A Associação considera como atividades de financiamento o pagamento do passivo de arrendamento correspondente aos juros e principal. h) Provisão de férias e encargos: Contemplam as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos que são constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço. i) Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. j) Receitas antecipadas: A receita diferida é composta basicamente por saldo em aberto correspondentes aos valores do ano de 2025 (mensalidades do ensino básico) e ao primeiro semestre de 2026 (ensino superior), que serão reconhecidos como receita operacional no exercício de 2026, observando-se o regime de competência para a sua realização. Os valores relativos às matrículas nos cursos de pós-graduação (stricto e lato sensu), igualmente ocorrem em mais de um exercício, sendo apropriadas para a receita pela competência em igual período da realização do curso. k) Provisões: Uma provisão é reconhecida quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. l) Receita operacional: O CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos de Clientes, que trata sobre a abordagem para o reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes, estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas desse novo processo compreendem: (i) A identificação do contrato com o cliente; (ii) A identificação das obrigações de desempenho; (iii) A determinação do preço da transação; (iv) A alocação do preço da transação; e, (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas devendo ser registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Associação tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes.

Reconhecimento da receita conforme o CPC47 A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Associação e quando puderem ser mensurados de forma confiável. As receitas com contribuições dos alunos (mensalidades) são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência. As receitas de convênios são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, a medida em que são empenhadas. Estas receitas são destinadas a financiar os custos das atividades educacionais da Associação. A receita é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo de arrendamento contratado.

Ativos imobilizados: i) Pesquisa e desenvolvimento: Gastos em atividades de pesquisa, relacionados com a possibilidade de aquisição de tecnologia e desenvolvimento científico tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando a produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros prováveis e se a Associação tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os custos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta e custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ii) Outros ativos intangíveis: Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Associação e que têm vida útil definida, são mensurados pelo custo líquido de aquisição. O custo de aquisição é determinado pelo método de custo líquido, que é o preço pago mais o custo de aquisição, menos o valor de mercado de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos relacionados a gastos de desenvolvimento capitalizados são de 3 anos. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de venda, deduzido da amortização acumulada. iii) Gastos subsequentes: Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com o ativo gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. iv) Amortização: Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo método que for mais curto entre o prazo do arrendamento e a sua vida útil, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Associação irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. A vida útil estimada para os exercícios correntes e comparativos: Edificações e benfeitorias: 25 a 66 anos Máquinas e equipamentos: 10 a 10 anos Móveis e utensílios: 10 a 10 anos Equipamentos de informática: 5 a 10 anos Bibliotecas: 10 a 10 anos Outros equipamentos: 5 a 10 anos

Table with columns: Assistência Social, Demais Atividades, 2024. Rows include Assistência Social, Demais Atividades.

Table with columns: Assistência Social, Demais Atividades, 2024. Rows include Assistência Social, Demais Atividades.

Table with columns: Assistência Social, Demais Atividades, 2024. Rows include Assistência Social, Demais Atividades.

Table with columns: Assistência Social, Demais Atividades, 2024. Rows include Assistência Social, Demais Atividades.

Table with columns: Assistência Social, Demais Atividades, 2024. Rows include Assistência Social, Demais Atividades.

Table with columns: Assistência Social, Demais Atividades, 2024. Rows include Assistência Social, Demais Atividades.

# ASSOCIAÇÃO ANTONIO VIEIRA

CNPJ: 92.959.006/0001-09

CONTINUAÇÃO

com o objetivo de ressarcimento integral das perdas provisionadas. Adiantamentos a empregados: Representam valores pagos a título de adiantamento a empregados, sendo posteriormente reconhecidos como despesa, observando-se a competência de sua realização. Devolutos por serviços prestados: Representam valores a receber em decorrência da prestação de serviços (não educacional) relacionados com o objeto fim da Associação. Aplicações financeiras (processos judiciais): A Associação possui registros no ativo não circulante os créditos no valor de R\$26.825, decorrentes de aplicações financeiras cuja recuperação está sujeita a processos judiciais ainda em andamento. Em 2014, a Associação procedeu ao reconhecimento da perda por redução do valor recuperável do ativo no montante integral de R\$36.747, contabilizado em outras receitas (despesas) operacionais, cuja cobrança judicial permanece.

	2024			2023		
	Depreciação	Valor líquido	Custo	Depreciação	Valor líquido	Custo
Terrenos	1.072.973	1.072.973	1.068.968	1.072.973	1.068.968	1.068.968
Edificações	1.013.106	(307.321)	705.785	972.713	(284.158)	688.555
Infraestrutura e urbanização	67.644	(12.722)	54.922	50.307	(9.801)	40.506
Biblioteca	17.930	(16.623)	1.307	17.881	(16.096)	1.785
Máquinas, móveis e utensílios	123.556	(95.967)	27.589	115.328	(91.389)	23.939
Equipamentos de informática	104.283	(82.743)	21.540	91.831	(77.762)	14.069
Equipamentos agrícolas	222	(221)	1	222	(221)	1
Aparelhos e instrumentos	74.887	(48.727)	26.160	64.657	(47.245)	17.412
Veículos	7.489	(6.032)	1.457	7.120	(5.942)	1.178
Arrendamento mercantil	8.961	(2.999)	5.962	8.878	(2.091)	6.787
Obras em andamento (a)	5.594	-	5.594	25.258	-	25.258
Aquisições em andamento (b)	7.305	-	7.305	16.510	-	16.510
Outros (c)	13.815	(4.634)	9.179	13.815	(3.855)	9.960
<b>Total</b>	<b>2.517.763</b>	<b>(577.981)</b>	<b>1.939.782</b>	<b>2.453.144</b>	<b>(538.560)</b>	<b>1.914.584</b>

(a) As obras em andamento referem-se, substancialmente, a investimentos nas estruturas físicas nas unidades de educação dos Colégios e Universidade. (b) Aquisições em andamento: contratos de aquisição de imóveis do Colégio Catarinense e Colégio Anchieta. (c) Outros: acréscimos por melhorias em bens de terceiros para possibilitar as aulas do curso de medicina da Unisinos, nas Unidades Básicas de Saúde, do Município de São Leopoldo/RS.

	2024			2023		
	Saldo 01/01/2025	Adições	Saldo 31/12/2025	Saldo 01/01/2024	Adições	Saldo 31/12/2024
Terrenos	1.068.968	(5.221)	1.072.973	1.068.968	2.926	1.068.968
Edificações	972.713	21	40.178	91.697	3.961	972.713
Infraestrutura e urbanização	14.637	2.700	67.644	36.043	14.275	50.307
Biblioteca	17.881	49	17.930	17.820	61	17.881
Máquinas, móveis e utensílios	115.328	9.633	(1.928)	523	123.556	115.328
Equipamentos de informática	91.831	13.470	(856)	(162)	104.283	91.831
Equipamentos agrícolas	222	-	222	222	-	222
Aparelhos e instrumentos	64.657	12.488	(2.958)	-	74.887	64.657
Veículos	7.120	754	(325)	-	7.489	7.120
Arrendamento mercantil	8.878	156	(73)	8.961	-	8.878
Obras em andamento	25.258	10.512	(30.776)	5.594	-	5.594
Aquisições em andamento	16.510	15	(220)	9.000	7.305	16.510
Outros	13.471	343	(48)	47	13.815	13.471
<b>Total</b>	<b>2.453.144</b>	<b>62.271</b>	<b>13.264</b>	<b>13.264</b>	<b>13.264</b>	<b>2.517.763</b>

	2024			2023		
	Saldo 01/01/2025	Adições	Saldo 31/12/2025	Saldo 01/01/2024	Adições	Saldo 31/12/2024
Terrenos	1.068.968	-	1.068.968	1.068.968	-	1.068.968
Edificações	972.713	21	40.178	91.697	3.961	972.713
Infraestrutura e urbanização	14.637	2.700	67.644	36.043	14.275	50.307
Biblioteca	17.881	49	17.930	17.820	61	17.881
Máquinas, móveis e utensílios	115.328	9.633	(1.928)	523	123.556	115.328
Equipamentos de informática	91.831	13.470	(856)	(162)	104.283	91.831
Equipamentos agrícolas	222	-	222	222	-	222
Aparelhos e instrumentos	64.657	12.488	(2.958)	-	74.887	64.657
Veículos	7.120	754	(325)	-	7.489	7.120
Arrendamento mercantil	8.878	156	(73)	8.961	-	8.878
Obras em andamento	25.258	10.512	(30.776)	5.594	-	5.594
Aquisições em andamento	16.510	15	(220)	9.000	7.305	16.510
Outros	13.471	343	(48)	47	13.815	13.471
<b>Total</b>	<b>2.453.144</b>	<b>62.271</b>	<b>13.264</b>	<b>13.264</b>	<b>13.264</b>	<b>2.517.763</b>

(i) A Associação possui edificações - mais valia com taxa de depreciação média de 1,67% - 2,86%

	2025			2024		
	Saldo 01/01/2025	Adições	Saldo 31/12/2025	Saldo 01/01/2024	Adições	Saldo 31/12/2024
Terrenos	1.068.968	-	1.068.968	1.068.968	-	1.068.968
Edificações	972.713	21	40.178	91.697	3.961	972.713
Infraestrutura e urbanização	14.637	2.700	67.644	36.043	14.275	50.307
Biblioteca	17.881	49	17.930	17.820	61	17.881
Máquinas, móveis e utensílios	115.328	9.633	(1.928)	523	123.556	115.328
Equipamentos de informática	91.831	13.470	(856)	(162)	104.283	91.831
Equipamentos agrícolas	222	-	222	222	-	222
Aparelhos e instrumentos	64.657	12.488	(2.958)	-	74.887	64.657
Veículos	7.120	754	(325)	-	7.489	7.120
Arrendamento mercantil	8.878	156	(73)	8.961	-	8.878
Obras em andamento	25.258	10.512	(30.776)	5.594	-	5.594
Aquisições em andamento	16.510	15	(220)	9.000	7.305	16.510
Outros	13.471	343	(48)	47	13.815	13.471
<b>Total</b>	<b>2.453.144</b>	<b>62.271</b>	<b>13.264</b>	<b>13.264</b>	<b>13.264</b>	<b>2.517.763</b>

	2025			2024		
	Saldo 01/01/2025	Adições	Saldo 31/12/2025	Saldo 01/01/2024	Adições	Saldo 31/12/2024
Terrenos	1.068.968	-	1.068.968	1.068.968	-	1.068.968
Edificações	972.713	21	40.178	91.697	3.961	972.713
Infraestrutura e urbanização	14.637	2.700	67.644	36.043	14.275	50.307
Biblioteca	17.881	49	17.930	17.820	61	17.881
Máquinas, móveis e utensílios	115.328	9.633	(1.928)	523	123.556	115.328
Equipamentos de informática	91.831	13.470	(856)	(162)	104.283	91.831
Equipamentos agrícolas	222	-	222	222	-	222
Aparelhos e instrumentos	64.657	12.488	(2.958)	-	74.887	64.657
Veículos	7.120	754	(325)	-	7.489	7.120
Arrendamento mercantil	8.878	156	(73)	8.961	-	8.878
Obras em andamento	25.258	10.512	(30.776)	5.594	-	5.594
Aquisições em andamento	16.510	15	(220)	9.000	7.305	16.510
Outros	13.471	343	(48)	47	13.815	13.471
<b>Total</b>	<b>2.453.144</b>	<b>62.271</b>	<b>13.264</b>	<b>13.264</b>	<b>13.264</b>	<b>2.517.763</b>

	2025			2024		
	Saldo 01/01/2025	Adições	Saldo 31/12/2025	Saldo 01/01/2024	Adições	Saldo 31/12/2024
Terrenos	1.068.968	-	1.068.968	1.068.968	-	1.068.968
Edificações	972.713	21	40.178	91.697	3.961	972.713
Infraestrutura e urbanização	14.637	2.700	67.644	36.043	14.275	50.307
Biblioteca	17.881	49	17.930	17.820	61	17.881
Máquinas, móveis e utensílios	115.328	9.633	(1.928)	523	123.556	115.328
Equipamentos de informática	91.831	13.470	(856)	(162)	104.283	91.831
Equipamentos agrícolas	222	-	222	222	-	222
Aparelhos e instrumentos	64.657	12.488	(2.958)	-	74.887	64.657
Veículos	7.120	754	(325)	-	7.489	7.120
Arrendamento mercantil	8.878	156	(73)	8.961	-	8.878
Obras em andamento	25.258	10.512	(30.776)	5.594	-	5.594
Aquisições em andamento	16.510	15	(220)	9.000	7.305	16.510
Outros	13.471	343	(48)	47	13.815	13.471
<b>Total</b>	<b>2.453.144</b>	<b>62.271</b>	<b>13.264</b>	<b>13.264</b>	<b>13.264</b>	<b>2.517.763</b>

	2025			2024		
	Saldo 01/01/2025	Adições	Saldo 31/12/2025	Saldo 01/01/2024	Adições	Saldo 31/12/2024
Terrenos	1.068.968	-	1.068.968	1.068.968	-	1.068.968
Edificações	972.713	21	40.178	91.697	3.961	972.713
Infraestrutura e urbanização	14.637	2.700	67.644	36.043	14.275	50.307
Biblioteca	17.881	49	17.930	17.820	61	17.881
Máquinas, móveis e utensílios	115.328	9.633	(1.928)	523	123.556	115.328
Equipamentos de informática	91.831	13.470	(856)	(162)	104.283	91.831
Equipamentos agrícolas	222	-	222	222	-	222
Aparelhos e instrumentos	64.657	12.488	(2.958)	-	74.887	64.657
Veículos	7.120	754	(325)	-	7.489	7.120
Arrendamento mercantil	8.878	156	(73)	8.961	-	8.878
Obras em andamento	25.258	10.512	(30.776)	5.594	-	5.594
Aquisições em andamento	16.510	15	(220)	9.000	7.305	16.510
Outros	13.471	343	(48)	47	13.815	13.471
<b>Total</b>	<b>2.453.144</b>	<b>62.271</b>	<b>13.264</b>	<b>13.264</b>	<b>13.264</b>	<b>2.517.763</b>

	2025			2024		
	Saldo 01/01/2025	Adições	Saldo 31/12/2025	Saldo 01/01/2024	Adições	Saldo 31/12/2024
Terrenos	1.068.968	-	1.068.968	1.068.968	-	1.068.968
Edificações	972.713	21	40.178	91.697	3.961	972.713
Infraestrutura e urbanização	14.637	2.700	67.644	36.043	14.275	50.307
Biblioteca	17.881	49	17.930	17.820	61	17.881
Máquinas, móveis e utensílios	115.328	9.633	(1.928)	523	123.556	115.328
Equipamentos de informática	91.831	13.470	(856)	(162)	104.283	91.831
Equipamentos agrícolas	222	-	222	222	-	222
Aparelhos e instrumentos	64.657	12.488	(2.958)	-	74.887	64.657
Veículos	7.120	754	(325)	-	7.489	7.120
Arrendamento mercantil	8.878	156	(73)	8.961	-	8.878
Obras em andamento	25.258	10.512	(30.776)	5.594	-	5.594
Aquisições em andamento	16.510	15	(220)	9.000	7.305	16.510
Outros	13.471	343	(48)	47	13.815	13.471
<b>Total</b>	<b>2.453.144</b>	<b>62.271</b>	<b>13.264</b>	<b>13.264</b>	<b>13.264</b>	<b>2.517.763</b>

	2025			2024		
	Saldo 01/01/2025	Adições	Saldo 31/12/2025	Saldo 01/01/2024	Adições	Saldo 31/12/2024
Terrenos	1.068.968	-	1.068.968	1.068.968	-	1.068.968
Edificações	972.713	21	40.178	91.697	3.961	972.713
Infraestrutura e urbanização	14.637	2.700	67.644	36.043	14.275	50.307
Biblioteca	17.881	49	17.930	17.820	61	17.881
Máquinas, móveis e utensílios	115.328	9.633	(1.928)	523	123.556	115.328
Equipamentos de informática	91.831	13.470	(856)	(162)	104.283	91.831
Equipamentos agrícolas	222	-	222	222	-	222
Aparelhos e instrumentos	64.657	12.488	(2.958)	-	74.887	64.657
Veículos	7.120	754	(325)	-	7.489	7.120
Arrendamento mercantil	8.878	156	(73)	8.961	-	8.878
Obras em andamento	25.258	10.512	(30.776)	5.594	-	5.594
Aquisições em andamento	16.510	15	(220)	9.000	7.305	16.510
Outros	13.471	343	(48)	47	13.815	13.471
<b>Total</b>	<b>2.453.144</b>	<b>62.271</b>	<b>13.264</b>	<b>13.264</b>	<b>13.264</b>	<b>2.517.763</b>

	2025			2024		
	Saldo 01/01/2025	Adições	Saldo 31/12/2025	Saldo 01/01/2024	Adições	Saldo 31/12/2024
Terrenos	1.068.968	-	1.068.968	1.068.968	-	1.068.968
Edificações	972.713	21	40.178	91.697	3.961	972.713
Infraestrutura e urbanização	14.637	2.700	67.644	36.043	14.275	50.307
Biblioteca	17.881	49	17.930	17.820	61	17.881
Máquinas, móveis e utensílios	115.328	9.633	(1.928)	523	123.556	115.328
Equipamentos de informática	91.831	13.470	(856)	(162)	104.283	91.831
Equipamentos agrícolas	222	-	222	222	-	222
Aparelhos e instrumentos	64.657	12.488	(2.958)	-	74.887	64.657
Veículos	7.120	754	(325)	-	7.489	7.120
Arrendamento mercantil	8.878	156	(73)	8.961	-	8.878
Obras em andamento	25.258	10.512	(30.776)	5.594	-	5.594
Aquisições em andamento	16.510	15	(220)	9.000	7.305	16.510
Outros	13.471	343	(48)	47	13.81	



# ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO VIEIRA

CNPJ: 92.959.006/0001-09

No quadro Política de Assistência Social, demonstra-se o total de recursos aplicados, pessoas atendidas, número de atendimentos em grupo para o Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos (ADGD), beneficiadas nos programas de serviços

socioassistenciais, programas de inclusão educacional e acadêmica e as demais gratuidades da Associação, em 2025. Os números apresentados em ações de assessoramento referem-se a grupos de participantes.

## Políticas de ação social

	2025			
	Em Mil Reais	Pessoas atendidas	Atendimentos	ADGD
<b>Atendimento</b>	<b>1.026</b>	<b>1.086</b>	<b>466</b>	<b>-</b>
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos - Pró Maior - São Leopoldo/RS	285	214	106	-
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com Atividades Socioeducativas - PASEC - São Leopoldo/RS	266	30	68	-
Projeto Eu-Cidadão: inclusão digital e cidadania - São Leopoldo/RS	168	312	156	-
Programa Esporte Integral - PEI - São Leopoldo/RS	307	219	136	-
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a Pessoa Idosa Padre Arrupe - Teresina/PI	-	311	-	-
<b>Assessoramento, defesa e garantia de direitos</b>	<b>2.434</b>	<b>34.955</b>	<b>30.126</b>	<b>289</b>
Projeto Vida com Arte: inclusão através da música - São Leopoldo/RS	476	83	86	-
Observatório Luciano Mendes de Almeida (OLMA) - Brasília/DF	250	1.088	-	55
Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados - Porto Alegre/RS	416	9.134	4.980	35
Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados - Boa Vista/RR	599	22.604	21.651	83
Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados - Belo Horizonte	336	1.916	3.385	-
Centro Alternativo de Cultura (CAC)	357	130	24	116
<b>Total de ações socioassistenciais CEBAS</b>	<b>3.460</b>	<b>36.041</b>	<b>30.592</b>	<b>289</b>
<b>Gratuidades diversas</b>				
Projeto Florescer Autonomia e Protagonismo Socioambiental na Amazônia - Belém/PA	31	259	-	56
Tecendo Reexistência: Potencializando a Economia Solidária e a Geração de Renda na Amazônia	32	143	-	59
Projeto Florescer Resistência e Autonomia para Justiça Socioambiental e Climática	127	303	-	72
Aprendizagem Socioambiental para uma Ecologia Integral - Manaus/AM	544	8.583	-	189
Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados - Manaus/AM	-	571	257	18
Projeto Julia Devoto - Feira de Santana/BA	747	408	-	-
Cooperação Técnico Cultural entre a UNISINOS e Banco de Alimentos (BA) - São Leopoldo/RS	153	10.025	9.450	4.633
Centro de Promoção de Agentes de Transformação - CEPAT	318	354	-	30
Programa de práticas jurídicas - PRASJUR - São Leopoldo/RS	423	668	14.065	-
Programa de atenção ampliada à saúde - PAAS - São Leopoldo/RS	1.032	237	4.457	-
Programa de educação e ação social - EDUCAS - São Leopoldo/RS	220	60	102	-
Gratuidades convenção coletiva de trabalho	18.747	-	-	-
Gratuidades capacitação profissional	634	-	-	-
Gratuidades convênios	27.144	-	-	-
	<b>50.152</b>	<b>21.611</b>	<b>28.331</b>	<b>5.057</b>

## Políticas de educação

	2025	2024
<b>Educação básica</b>		
PIEA - Bolsas de estudo	34.706	1.966
PIEA - Benefícios tipos 1 e 2	4.507	1.841
	<b>39.213</b>	<b>3.807</b>
<b>Ensino superior</b>		
PIEA - Bolsas de estudo	61.891	3.576
PIEA - Benefícios tipos 1 e 2	37	17
	<b>61.928</b>	<b>3.593</b>
	<b>101.141</b>	<b>7.400</b>
	<b>154.753</b>	<b>65.052</b>

## Total geral

	2025	2024
<b>29. Partes relacionadas: a) Saldos com partes relacionadas</b>		
Saldos		
Ativo circulante		
Ativo não circulante		
Universidade Católica de Pernambuco/UNICAP (c)	38.451	33.633
	<b>38.451</b>	<b>33.633</b>
<b>b) Transações com partes relacionadas: Resumo das receitas, custos e despesas operacionais com partes relacionadas</b>		
<b>Natureza das transações</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>(i) Despesas com convênios</b>		
Despesas com convênio AJEAS (a)	(19)	(301)
Despesas com convênio Cia de Jesus (b)	(2.011)	(1.383)
Juros sobre contrato de mútuo - UNICAP (c)	(2.030)	(1.684)
	<b>4.818</b>	<b>3.360</b>
<b>(ii) Reembolso por serviços compartilhados</b>		
Reembolso com serviços - ANEAS	4.818	3.360
Reembolso com serviços - AJEAS	289	305
	<b>2.820</b>	<b>2.492</b>
	<b>5.608</b>	<b>4.168</b>

	2025		
	Em Mil Reais	Pessoas atendidas	Atendimentos
			ADGD
	34.706	1.966	1.642
	4.507	1.841	1.134
	<b>39.213</b>	<b>3.807</b>	<b>2.776</b>
	61.891	3.576	914
	37	17	37
	<b>61.928</b>	<b>3.593</b>	<b>951</b>
	<b>101.141</b>	<b>7.400</b>	<b>3.727</b>
	<b>154.753</b>	<b>65.052</b>	<b>62.650</b>

A seguir, detalhamos as principais operações com as partes relacionadas constantes nas composições acima: (i) Despesas com convênios: (a) Despesas com convênios: Promover a formação acadêmica dos estudantes Jesuítas na Faculdade de Filosofia e Teologia - FAJE (em Belo Horizonte). (b) Despesas com convênios: O objetivo deste convênio é o sustento dos religiosos estudantes da Filosofia e Juniorado na FAJE, que compõem o quadro de membros da Companhia de Jesus, em Belo Horizonte. (c) Contrato de mútuo: A ASAV concedeu em 2023 à UNICAP empréstimo no montante de R\$28.500, para aplicação destes recursos em consonância com as finalidades preconizadas em seu Estatuto Social. Este contrato sofrerá a incidência mensal do índice de correção monetária correspondente a 102% (cento e dois por cento) do valor do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e o prazo médio para quitação do saldo devedor é de 128 meses, sendo 24 (vinte e quatro) meses de carência de juros e principal e, 104 (cento e quatro) meses de amortização. (ii) Reembolso por serviços compartilhados: Ressarcimento pelas diversas entidades ligadas à Companhia de Jesus relativo a serviços compartilhados de tecnologia da informação (TI). c) **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Os diretores da Associação compõem o quadro de pessoal-chave de sua administração e não recebem remuneração pela prestação dos seus serviços, conforme a sua previsão estatutária:

Nome	Função
Mário Sundermann	Diretor Presidente
Felipe de Assunção Soriano	Diretor Vice-Presidente
Sergio Eduardo Mariucci	Diretor de Educação
Jean Fabio Santana	Diretor de Ação Social
Antônio Tabosa Gomes	Diretor de Administração

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2025.

Mário Sundermann - Diretor Presidente - CPF 768.395.164-15

Roberto Antônio Renner - Superintendente Administrativo - CPF 662.617.320-00

Neuri Luis Hammes - Contador CRCRS 069.090/O-0 - CPF 771.519.259-72

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

(a) O Conselho Fiscal da Associação Antonio Vieira - ASAV, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Contábeis e Financeiras: Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado do período, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social, Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstrações de Resultados Abrangentes relativos ao exercício

encerrado em 31 de dezembro de 2025. (b) Com base nos exames efetuados e considerando a opinião prévia do Relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda. ("EY Brasil"), o Conselho Fiscal, indica para aprovação os referidos documentos contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e autoriza, após a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a Publicação

do Balanço Patrimonial. (c) A proposta para que o superávit, apurado em 31 de dezembro de 2025, seja destinado às atividades previstas nas disposições estatutárias, segundo a disponibilidade de recursos, foi aprovada por unanimidade dos presentes.

Porto Alegre/RS, 26 de março de 2026.

Erick Souto Viana - Titular  
Idinei Augusto Zen - Titular  
Marcos Epifanio Barbosa Lima - Titular  
Vendelino Kroetz - Suplente

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da Associação Antônio Vieira - ASAV. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Antônio Vieira ("ASAV" ou "Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros - ITG 2002 (R1). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa

opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros - ITG 2002 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre

detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria

obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de Abril de 2026.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-034519/O

Fabio Henrique Rontani Fonseca  
Contador  
CRC-292795/O



[https://jornalempresasenegocios.com.br/publicidade\\_legal/associacao-antonio-vieira-balanco-patrimonial-em-31-de-dezembro-de-2025-e-2024/](https://jornalempresasenegocios.com.br/publicidade_legal/associacao-antonio-vieira-balanco-patrimonial-em-31-de-dezembro-de-2025-e-2024/)

